

O MERCOSUL e a Nova Ordem Mundial

Marcos Costa Lima

RESUMO

O problema subjacente à estrutura deste trabalho e também um desafio, é contribuir para esclarecer se os processos de regionalização e globalização são contraditórios ou complementares, ou ainda, se certos movimentos de regionalização funcionam como estratégias defensivas de determinados grupos de países que buscam além de um melhor posicionamento, se "abrigar" das intempéries prevaletentes na atual anarquia financeira mundial.

O estudo da formação, dos desdobramentos e das perspectivas de um projeto de integração sub-regional como o MERCOSUL é, pelos inúmeros aspectos que o compõem, uma tarefa complexa. A princípio nos deparamos com questões teóricas relevantes, a exemplo do estágio e natureza das transformações do sistema capitalista de produção; passando pela importância e o retorno do conceito de territorialidade; pelo problema da identidade, da herança cultural e capital cultural distintos (Bourdieu, 1992); pela factibilidade de soberanias compartilhadas de recorte

regional e dos atuais impasses do Estado Nação (Habermas, 1995). Em seguida, são questões de cunho mais instrumentais que se apresentam, a exemplo da inserção de países periféricos na nova ordem mundial; dos mecanismos de intervenção do Estado e seu papel atual; da articulação e integração de economias bastante assimétricas; da reestruturação e reconversão de parques industriais como condição para atingir um patamar de competitividade sistêmica; dos embates e transformações na conjuntura política interna de cada um dos países membros; das políticas de emprego e renda; dos atores privilegiados em relação à integração econômica, a exemplo das companhias transnacionais (Bielschowsky, 1992). São pontos que influenciam diretamente as estratégias para consolidação de um espaço regional no Cone-Sul.

As questões assinaladas cruzam, necessariamente, fronteiras de disciplinas acadêmicas e as tentativas para compreender seus significados implicam em incursões sociológicas, políticas e não apenas econômicas, muito embora o esforço inicial para a integração tenha, inexoravelmente, uma forte

determinação econômica relacionada ao intercâmbio comercial.

Em termos acadêmicos, existe hoje, na chamada América Latina, um grupo de autores que, sem fazer escola vêm consolidando toda uma **reflexão** sobre políticas culturais, processos de transculturalização, de culturas híbridas que são de **extrema** importância - teórico-prática, para o processo de **integração** regional. (Rama; Cancline, 1990; Quijano, 1992; Ortiz, 1994; Achugar, 1994;)

Por parte dos Governos nacionais é muito comum que o tratamento dado às questões culturais, tenha, no mais das vezes, uma compreensão tradicional e retórica, quando não está associada ao supérfluo. Associa-se cultura ao folclore, o que não é incorreto, mas é limitado. Uma visão mais abrangente de cultura há que considerar as diversas expressões de um lugar, suas raízes históricas, seu linguajar, seu temperamento, sua procedência dominante, se urbana ou rural, suas manifestações religiosas, sua criatividade. Ela é o elemento que estabelece a identidade de um determinado grupo social, que permite uma maior coesão capaz de construir uma unidade naquilo que tem de próprio, de específico. A dimensão da cultura num mundo permeado de homogeneidades da cultura de massa, da forma "pasteurizada" e burocratizada que provocou o desencanto webcriano de mundo, faz

da dimensão cultura um elemento estratégico, em função do predomínio da razão instrumental (Habermas, 1990) .

São diversas as áreas temáticas que podem ser assinaladas no sentido de aprofundar a Integração Regional no campo da Cultura, desde os aspectos vinculados à imagem e ao simbólico, no sentido do reconhecimento de brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios enquanto cidadãos do Mercosul; ao conhecimento mútuo pelos cidadãos dos Estados-Partes da evolução histórica de cada um, de suas características comuns, até o reconhecimento de problema tão grave quanto o **avanço** da fragmentação dos espaços regionais no interior de cada um dos países membros estimulados pela globalização, como a Região Nordeste do Brasil ou a Patagônia na Argentina. Não há como negar que o processo de **integração** aproxima e articula-se num espaço territorial e de sinergia que vai de Buenos Aires ao *Triângulo das Bermudas*, no Brasil.

O caráter predominante da esfera econômica no projeto Mercosul obliterou, quando da assinatura do Acordo Marco de Assunção, os aspectos referentes às políticas culturais e, o que até o presente foi realizado com relação a esta dimensão, trata da compatibilização de currículos e sistemas de revalidações de diplomas,

O Mercosul e a Nova Ordem Mundial

o que é muito pouco. Algumas Universidades¹, vale salientar, têm realizado um esforço significativo para avançar no conhecimento do Mercosul, tanto em questões mais abrangentes quanto específicas, porém, ainda, sem maiores repercussões e visibilidade nas áreas de educação e cultura, meio ambiente, trabalho e saúde. Mesmo a mídia televisiva ainda está muito aquém do esforço de aproximação entre os quatro sócios se comparados ao crescimento das relações econômicas entre os parceiros (Achugar, 1994, Morosini, 1994; Guy de Almeida, 1998).

Mesmo reconhecidos nos termos do Tratado de Assunção de

26/03/91 como aspectos-chave "*convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico*", estes elementos de cultura, tão decisivos no contexto de globalização econômica e indispensáveis no desafio da competitividade industrial, têm sido pouco explorados, seja a nível dos recursos destinados, formação de equipes científicas ou mesmo na realização de projetos comuns.'

O Mercado Comum do Sul - o MERCOSUL - guardadas as diferenças de escala³, reflete, em grandes linhas, os acontecimentos e as tendências presentes no contexto internacional. Contudo, um problema subjacente à estrutura deste trabalho

1 A CAPES em 1993, realizou uma pesquisa junto às universidades brasileiras com o objetivo de identificar as modalidades de intercâmbio em andamento e os instrumentos em vigor. Ficou detectado que a cooperação com os países do Mercosul vem se desenvolvendo de maneira informal e pouco sistemática, totalmente carente de mecanismos regulares de apoio.

2 Estudo da CEPAL de 1992 aponta os baixos índices de ciência e tecnologia na América Latina, comparativamente aos países da OCDE, do Leste da Ásia e os países agrupados como Sul da Europa: (Espanha, Portugal, Turquia, Grécia e Iugoslávia). Em termos hab/dólar para P & O a A Latina gasta 10, a OCDE 448; a Ásia 23 e o Sul da Europa 44. Em relação aos gastos em P & D/PIB tem-se: A Latina 0,5%; 2,5% para a OCDE; 1,4% para a Ásia e 1% para o Sul da Europa. Os graduados universitários sobre 100.000 hab, perfazem 156 na A Latina; 592 na OCDE, 478 na Ásia e 191 no Sul da Europa. In: CEPAL-UNESCO (1992).

3 A União Européia tem um PIB de 8.219,5 bilhões e população de 371,9 milhões, enquanto o NAFTA têm PIB de US\$ 8.061,4 trilhões e mercado consumidor de 387,4 milhões/hab; ao passo que o MERCOSUL tem PIB de 971,59 bilhões e população de 204 milhões. (MERCOSUL Informações Seleccionadas, set-dez 1996-nº19, Banco Central do Brasil).

e também um desafio, é contribuir para esclarecer se os processos de regionalização e globalização são contraditórios ou complementares, ou ainda, se certos movimentos de regionalização funcionam como estratégias defensivas de determinados grupos de países que buscam além de um melhor posicionamento, se "abrigar" das intempéries prevaletentes na atual anarquia financeira mundial. Portanto uma das hipóteses a ser testada é saber se diante do avanço da globalização - aqui não restrita a uma compreensão apenas técnico-produtiva, mas política, - ainda faz sentido pensar em bloco regional a partir da premissa de Prebisch, que desde os anos 50 ressaltava a importância de consolidação de um mercado regional latino-americano:

"Não se trata somente de um problema de produtividade. por si só muito importante. Existe outro aspecto que gostaria de acentuar: é a vulnerabilidade econômica dos países latino-americanos (...). Não vejo outra solução para o custo do processo de substituição de importações, do que romper com esse modelo anacrônico através da formação gradual e progressiva do mercado comum e a conseqüente diversificação de importações e exportações". (Nações Unidas, 1959)

Quase quarenta anos nos separam das palavras do mentor da CEPAL, e muitas tentativas foram encetadas no continente, sempre baseadas na ampliação do mercado regional e na consolidação de uma

estratégia comum de industrialização que fossem capazes de superar as "trocas desiguais" ou a deterioração dos termos de intercâmbio presente nas relações centro-periferia. Seja por disputas de hegemonia e sentimentos nacionalistas, seja, como dizia o próprio Prebisch (1968, p.16:17) porque o progresso da industrialização na região, construído em compartimentos fechados, criara interesses e preconceitos que se opunham ao interesse recíproco, ou ainda pelo quadro recorrente de instabilidade institucional na região, que impediu-lhe o êxito.

É importante assinalar, desde a chamada "pré-história" do Mercosul, até recentemente no início de 1999, quando da desvalorização cambial da moeda brasileira, que o projeto de Integração esteve ameaçado. Pode-se inclusive, para efeito de metodologia, estabelecer cortes temporais que apresentem características predominantes em termos de concepção e enquadramento dos problemas:

- Antecedentes: da ALALC a ALADI (1960-1980);
- Formulação: da Rodemo-craticização ao Tratado de Assunção (1985 a 1991);
- transição: do Cronograma de Las Leñas (2º Conselho) ao estabelecimento das bases da Tarifa Externa Comum - Montevideo (3º Conselho), à Ata de Buenos Aires (1992 a 1994);
- Constituição: formação de uma Área de Livre Comércio com uma

O Mercosul e a Nova Ordem Mundial

União Aduaneira parcial, 85% da pauta de produtos; (Jan 1995);

- Consolidação (1995-1998);
- Crise macroeconômica - 1999.

As mudanças e os ajustamentos sem precedentes que vêm ocorrendo nas relações internacionais desde os fins dos anos 60, sobretudo a partir da Crise do Petróleo em 1973, por suas características inovadoras e pela perplexidade gerada, foram enfeixadas, a princípio, por jornalistas econômicos, no termo *globalização*, que tem forte *acentuação* ideológica, representando um processo *avassalador* ao qual submete continentes, países e pessoas, configurando um mundo novo, sem fronteiras, onde o fim dos Estados-Nação é eminente, onde grandes conglomerados são apátridas e a *globalização*, além de benéfica, é tida como irreversível. Tornou-se moda corrente nas escolas americanas de administração de empresas, ganhou notoriedade nas obras de especialistas de marketing e estratégia, entre os quais Kenichi Ohmae (1996) e Michael Porter (1993). Termo polissêmico, tem provocado nos meios científicos e acadêmicos uma grande quantidade de estudos, que não se circunscrevem apenas às análises econômicas, mas à geografia, à sociologia, à política, à filosofia e chegam a conclusões muitas vezes diametralmente opostas (FEATHERSTON E, 1990), (ORTIZ, 1994). Neste sentido, a demarcação do "campo" de análise torna-se uma condição indispensável

para conferir consistência ao conceito.

Se as mudanças efetivadas nas relações internacionais de produção - processo de *globalização* - estão diretamente articuladas ao processo atual de regionalização, de forma contraditória ou não, a abordagem do problema e suas implicações para os países periféricos, ainda que de forma prospectiva e não conclusiva se faz *necessário*. Em trabalho recente, Christian Palloix *aborda* a dificuldade teórica que têm tanto a corrente neoclássica - o mercado é a totalidade - quanto a corrente clássica, de fundar o conceito de mundialização-globalização, na medida em que estas escolas ainda não são capazes de estabelecer os fundamentos do conceito de *totalidade* e de coordenação mundial. Desta forma, *"Sob a ideologia e as práticas da mundialização-globalização dos anos 90, exprimem-se, de um lado, o relaxamento da formação da totalidade do espaço nacional, com a exacerbação dos processos de separação - atomização desse espaço, portanto do desmembramento das sociedades nacionais; e, de outro, a ausência de formação de uma nova totalidade, a totalidade mundial que completaria a primeiras. Tal carência, plena de novos desmembramentos, explica a reativação da nonglobalização" (Palloix, 1998, p.61).*

Um livro antecipador e de

fôlego sobre o tema, datado de 1974, *The Global Reach*, tratando basicamente da emergência e consolidação da grande empresa multinacional, já apontava alguns delineamentos da questão que, pela atualidade de suas observações vale algumas citações: *"os homens que dirigem as empresas globais, são os primeiros homens na história que possuem a organização, a tecnologia, os recursos e a ideologia para fazer uma tentativa plausível de administrar o mundo como uma unidade integrada"*. (Barnet & Müller; 1974:13)

Citando Aurélio Pecci, um dos diretores da FIAT e organizador do Clube de Roma que declarava no período, que a empresa global era *"o mais poderoso dos agentes ora existentes para a intencionalização da sociedade humana"*, os autores apontam a tendência dominante da década de 70 que veio a ser a instalação da produção dos grandes conglomerados nos países de baixa renda. (Barnet & Müller, 1974:14)

Barnet & Muller apontam as dificuldades da regulação dos mercados em função da presença e do volume de negócios estabelecidos por esses grandes conglomerados:

"No processo de desenvolvimento de um mundo novo, os administradores de firmas como a GM, IBM, Pepsico, GE, Pfizer, Shell, Volkswagen, Exxon e algumas centenas de outras tomam diariamente decisões de

negócios que produzem maior impacto do que decisões da maioria dos governos soberanos, sobre onde as pessoas viverão, que trabalho, se algum, virão a fazer, o que comer, beber e usar, que tipos de conhecimentos as escolas e universidades devem encorajar e que tipo de sociedade deixarão a seus filhos e conclui (...) "o aspecto mais revolucionário da empresa mundial não é seu tamanho, mas sua visão mundial. Os administradores das empresas globais estão tentando por em prática uma teoria de organizações humanas que alterará profundamente o sistema da nação-estado, em torno do qual a sociedade se organiza há mais de 400 anos". (op. cit: 15).

George Ball, antigo Secretário de Estado norte-americano e presidente da Lehman Brother dos EUA afirmava categoricamente: *"De que modo pode um governo nacional elaborar continuamente um plano econômico, se uma diretoria reunida a 8.000 quilômetros de distância pode, alterando seu padrão de compras e produção, alterar profundamente a vida econômica do País?"* (op. cit: 21)

De uma certa forma é importante distinguir entre as principais características da globalização e a empresa global que deriva deste processo:

O Mudança do padrão tecnológico, em produto e processo, apoiada na telemática, na informatização, nos sistemas de satélite;

O Um novo paradigma de

O Mercosul e a Nova Ordem Mundial

produção industrial - a automação flexível; novas bases da competitividade – com ênfase na informação, no conhecimento e na alta tecnologia;

O Criação de um sistema de Inovações tecnológicas com grande poder de propagação;

O Formação de Blocos de Mercados Pluri-Nacionais-União Européia, NAFTA; Mercosul entre outros;

O Centralização dos capitais - grandes conglomerados; crescimento do Setor Terciário, sobretudo os Serviços;

O Reorganização do mercado de trabalho com maior seletividade da mão-de obra;

O Ampliação do desemprego;

Significativa é a compreensão de Barnett & Müller, antecipando a *"tendência da riqueza"*, de um fenômeno que veio dar lugar ao deslocamento dos bancos norte-americanos para fora dos Estados Unidos, consolidando um mercado de moedas independente dos bancos centrais e que garantiu, a partir dos meados da década de 70, o movimento das grandes corporações no estrangeiro: *Das 298 maiores companhias globais sediadas nos EUA, estudadas pelo Dept. de Comércio, obtêm 40% de seus lucros totais fora do país*". (op. cit: 17)

São diversos os depoimentos de gerentes de grandes conglo-

merados que já naquele período atacavam diretamente à regulação dos Estados-Nação. Jaques Maisonrouge, da IBM afirmava que o problema crítico da época estava no *"conflito conceitual entre a busca de otimização global de recursos e a independência das nações-estados*. A Business International advertia seus clientes em um relatório de Pesquisas datado de 1967, portanto alguns anos antes da Crise do petróleo, de que: "a nação-estado está se tornando obsoleta. Amanhã, em qualquer sentido significativo estará morta - e o mesmo acontecerá às empresas que permanecerem essencialmente nacionais" (op. cit: 19).

Esses poderosos oligopólios globais atuando em todos os grandes mercados têm faturamento muito superior a muitos países desenvolvidos, fazendo com que suas presenças em qualquer país os transforme em atores políticos fundamentais, quando sabe-se, por exemplo que as 10 maiores empresas industriais dos EUA têm um faturamento superior ao PIB do MERCOSUL.

As disparidades no custo da mão-de-obra foi, sem sombra de dúvidas um dos motivos desse movimento de transnacionalização nos anos 60/70, quando o salário médio mensal do trabalhador norte-americano chegava a 1220 dólares e na Coreia e em Taiwan não passavam de 68 e 45 dólares respectiva-

mente."

Também relevante é o que os autores chamam de *obsolescência do movimento sindical norte-americano*, que posteriormente veio a fragilizar a maioria do movimento sindical em todo o mundo. Nos EUA, neste período de consolidação do mercado global pelas grandes corporações, trava-se um embate entre o trabalho organizado, AFL-CIO e a empresa mundial, não apenas porque empregavam mão-de-obra em condições espoliativas e de precarização, mas por afetar o trabalho em suas tradicionais armas de barganha., ao ponto de um porta-voz da central sindical afirmar que a transferência para o exterior de empresas americanas está transformando os EUA "*em utnnação de brrncas de hamb úguer*". (op. cit:302.) De fato, as maiores firmas globais americanas, como a Ford, ITT, Chrysler, Kodak e Procter & Gamble tinham, no início da década de 70 mais de um terço de sua força

de trabalho fora dos EUA.

O aprofundamento da internacionalização de grandes grupos econômicos e do capital financeiro, apoiada num vertiginoso processo de inovação tecnológica de base microeletrônica (FREEMAN,1982) e de novos métodos de produção e gestão dos fins dos anos 70 (CASTELLS,1987), deram lugar a uma nova concentração do capital nos países de alta renda nos anos 80, seja em função da crise da dívida dos países em desenvolvimento, seja em função do aprofundamento da concorrência intercapitalista por parte dos países da Tríade (ARRIGHI,1994). Nos anos 90, os contornos e a cristalização desse processo são mais nítidos, caracterizando um estágio de internacionalização que agora não mais se circunscreve ao econômico, mas tem rebatimentos significativos na vida política, social e cultural de países e regiões. Esta tendência de ampliação da mobilidade geográfica do capital requer uma compreensão

⁴ Representantes da AFL-CIO, central sindical norte-americana em depoimento afirmaram que entre 1966 e 1971 a Divisão Americana da Fábrica Global perdeu 900.000 empregos, sendo muitos os exemplos de transferência da produção para o exterior: a Westinhouse fechou fábrica de receptores de TV em New Jersey para o Canadá e Japão; a Emerson Radio fechou fábrica de Jersey City e transferiu a produção de operação da Admirai para Formosa; a Motorola fechou fábrica de tubos de TV e vendeu maquinária para a subsidiária da General Telephone & Eletronics em Hong Kong; a Warwick Eletronics deixou Arkansas e Illinois para o México; a Zenith Radio dispensou mais de 7.000 operários e mudou-se para Formosa; a Singer e a Burroughs que produziam calculadoras de mesa foram fabricá-las no Japão; inclusive empresas vinculadas ao setor militar, como a Lockheed e a Northtrop estavam produzindo mísseis e aviões em Hong Kong e Formosa, respectivamente". (Barnet & Müller, 1974:302:303).

O Mercosul e a Nova Ordem Mundial

mais abrangente (KENNEDY, 1993), capaz de apontar as novas tendências mundiais e os seus reflexos para as economias menos desenvolvidas.

A nova realidade mundial, ao mesmo tempo, apresentava uma série de tensões, que, primeiro, se manifestava no elevado déficit em conta corrente na balança de pagamentos dos EUA, na redução da taxa de poupança dessa economia, representando hoje um terço da média da taxa de poupança dos países da OECD (Organização para a Cooperação Econômica de Desenvolvimento) e menos de um quarto das taxas de poupança do Japão (FURTADO, 1992).

Os EUA deixaram de ser o maior credor e provedor mundial de capitais, e ocupam a posição de maior devedor, com uma dívida externa de mais de um trilhão de dólares (THUROW, 1993). Este desequilíbrio estrutural do país líder da economia mundial, afeta profundamente os países centrais da América Latina, a Argentina, o Brasil e o México.

O segundo foco de tensão está na desarticulação das economias do Leste-Europeu, que continuarão a absorver poupanças dos países desenvolvidos, sem a curto prazo terem possibilidade de remunerá-las adequadamente. Esses países representam uma futura fronteira **dinâmica** da economia capitalista, sobretudo européia e asiática, com posição vantajosa - seja em termos de qualificação da mão-de-obra, seja

na proximidade geográfica - na concorrência, por exemplo, com os países da América Latina.

O terceiro foco de tensão, a revolução telemática, caracterizada pelo impacto da incorporação das novas tecnologias ao processo produtivo, tem acelerado a ampliação do desemprego em escala mundial por um lado e, no bojo da 3ª Revolução Industrial, a produção dos novos materiais, provocando, em parte, a substituição de exportações de matérias primas oriundas dos países periféricos, reduzindo vantagens comparativas, com a conseqüente perda nos preços dos produtos primários desses países.

Se considerado o comércio mundial hoje, fica patente a marginalização da economia latino americana, que em 1960 representava a parcela de 10.9% das exportações mundiais, passando para 5.43% em 1975 e apenas 3% em 1990 (CEPAL, 1992).

Tomando-se o total dos investimentos estrangeiros diretos (FDI), também houve queda considerável na região, que absorvia 15.3% dos investimentos em 1975, passando a 9.1% dos mesmos em 1985, o que significa que embora a globalização, a transnacionalização e o crescimento do comércio externo mundial tenham se acelerado nos últimos vinte anos, esse processo se desenrola muito mais entre os países da Tríade e os Tigres Asiáticos, com expressiva marginalização dos países

latino-americanos.

No início dos Anos Noventa, o estoque dos investimentos diretos externos existentes apenas em Singapura, na Indonésia e em Hong Kong, chegava a 87.4 bilhões de dólares, bem mais do que os 67.4 bilhões de dólares que representam o estoque de FDI do México e Brasil

juntos (GONÇALVES,1994,p.53). Esta situação fica ainda mais evidenciada quando se verifica a evolução da entrada de FDI em bilhões de dólares nos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina, mesmo considerando-se o aumento dos fluxos de capital internacional a partir dos anos 90.

Tabela 1

INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (FDI) Em Bilhões de Dólares

	1976-80	1981-85	1986-90	1990	1991	1992
Entrada Total						
		Países em desenvolvimento				
Ásia	2.1	4.9	13.3	18.6	24.0	28.0
América Latina	4.1	5.0	6.3	7.3	12.0	13.0

fonte:in: Reinaldo Gonçalves 1994 p.43 : Bank for International Settlements 63rd Report.Basiléia 1-lth june 1993, p.90.

É no âmbito desse contexto que se torna importante avaliar tanto as possibilidades de inserção da América Latina no Mercado Mundial, como a tentativa de formação de bloco regional como estratégia para superar o atraso tecnológico e retomar o desenvolvimento à luz de experiências como o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul, estabelecido em 1991, através do Tratado de Assunção e que iniciava em 1995 a integração econômica entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai (ALMEIDA, 1993).

Na última década, as transformações tecnológicas e as mudanças organizacionais que tiveram lugar nos países centrais coincidiram com um período de estagnação e crise da economia brasileira, ampliando nosso atraso tecnológico, inclusive nos setores mais dinâmicos, que em sua grande maioria são controlados por empresas transnacionais sob a forma de oligopólios. Ao mesmo tempo, as empresas transnacionais controlam o "núcleo duro" do avanço tecnológico recente, ou seja, setores que criam e difundem as inovações.

O Mercosul e a Nova Ordem Mundial

A transnacionalização da economia brasileira tem tido um impacto significativo sobre o processo político interno do país.

Nesse sentido, é necessário levantar algumas questões fundamentais, muitas delas certamente ainda por responder e que correspondem, metodologicamente, à construção de todo um campo de análise e de articulação entre temáticas muito próximas, algumas convergentes, outras contraditórias, mas que sem dúvida a sua melhor compreensão ajudará a iluminar o campo central de análise, a exemplo dos processos de regionalização em curso – Comunidade Européia e NAFTA (North America Free Trade Agreement); do papel dos Estados Nacionais (SKCOPOL, 1989); do confronto entre modelos social-democrata e neoliberal; do avanço da transnacionalização; das relações Norte-Sul; enfim, buscar as modalidades histórico-concretas pelas quais o sistema produtivo internacionalizado se articula aos subsistemas produtivos nacionais.

Não é ocioso lembrar a advertência metodológica de CASTELLS, de que a reestruturação mundial se manifesta diferentemente em diferentes contextos e, portanto, deve-se introduzir o tema sumariando o perfil básico do processo em análise,

ênfatizando algumas tendências espaciais - locais, regionais - que apareçam como tendências gerais.

"Seria absurdo pretender que uma forma espacial específica derive automaticamente de características do modelo de desenvolvimento capitalista implícito no processo de reestruturação. Formas espaciais específicas e processos resultarão da interação entre políticas de reestruturação historicamente concretas e dos atributos de cada sociedade, incluindo sua base territorial". (Castells & Henderson, 1987)

Será uma falsa questão o ressurgimento dos regionalismos num mundo em progressiva interpenetração de capitais e de globalização financeira? Será que o NAFTA (North America Free Trade Agreement), ou mesmo a "Iniciativa para as Américas", passada a Guerra Fria representam a formação de um espaço regional consolidado para os EUA, quando sabemos que a América Latina, ao longo da década de 80 e início dos 90 significa cada vez menos para a economia dos EUA. (PASTOR, 1992), (TULCHIN, 1993), (VALLS PEREIRA, 1991).

Os dados abaixo deixam evidente que a região não esteve, nos últimos anos, entre as prioridades dos EUA e que, inversamente, os EUA desempenham um papel preponderante nas relações com a região:

Tabela 2:

RELAÇÕES COMERCIAIS EUA - AMÉRICA-LATINA

ESTADOS UNIDOS		AMÉRICA LATINA	
IMPORTAÇÕES DA AMÉRICA LATINA	EXPORTAÇÕES P/AMÉRICA LATINA	IMPORTAÇÕES DOS EUA	EXPORTAÇÕES P/EUA
1980	15%	43 %	42%
1990	10%	57%	52 %

Fonte: a partir de GATT (1989-90), International Trade e Tulchin, J. (1993), "Os Estados Unidos e a América latina". **Política Externa**, v.2 n.º.2, pp 102:132

Diversos analistas afirmam que o NAFTA, a médio prazo, englobará todas as regiões do continente, do Alasca à Terra do Fogo. No entanto, o conceito básico do NAFTA é de livre mercado, enquanto o Mercosul, inspirado na Comunidade Européia, busca uma integração muito mais profunda, que não só comercial. O Brasil lançou, em 1994 a proposta de criação da ALCSA, a Associação de Livre Comércio Sul Americano, fortalecido pelo sucesso do Mercosul; e tem dado demonstrações em sua política externa, de pretender estrategicamente a liderança do sub-continente, ocupando o vácuo deixado pelos EUA, hoje muito mais empenhado nas relações de comércio com a Ásia e a Comunidade Européia

Se o NAFTA tem apresentado inúmeros impasses e dificuldades, entre elas a crise do México - que dá início a um conjunto seqüenciado de impasses macroeconômicos que alcançaram a Tailândia, desvalorizando a sua moeda, o Bath

e atingindo todo o leste asiático - o MERCOSUL vem a cada ano ampliando seus objetivos, tendo inclusive estabelecido acordos preliminares com o Chile e a Bolívia que caminham para a Integração Sub-regional plena e realizado um *spill ovct* para os países da Comunidade Andina, em que pesem os graves contenciosos com a Argentina após Janeiro de 1999, quando desata-se a âncora cambial brasileira (ALIMONDA, 1994 (CASTANEDA, 1995); (BELLUZZO, 1995).

Consolidado institucionalmente e funcionando desde 1 de janeiro de 1995, o Mercosul aprofunda a tendência de intensificar o comércio entre os países membros, as associações empresariais e a expansão dos investimentos. De qualquer modo, não pode passar despercebida a vulnerabilidade externa dos dois países centrais do bloco em função:

de uma política cambial

valorizada que prejudica as exportações e provoca déficits na balança de pagamentos: em 1997 este déficit no Brasil atingiu de 8.5 bilhões; de uma política de juros altos para atrair poupança externa que retrai a atividade econômica, provoca desemprego, amplia o déficit e a dívida públicas.'

O crescimento econômico, tanto na Argentina quanto no Brasil, não tem uma base sustentável a médio prazo, e qualquer aumento da taxa de juros nos EUA ou crise especulativa, podem prejudicar o avanço do Mercosul, que viverá um ano difícil em 1999 em decorrência da desvalorização da moeda brasileira. Existem sombras e obstáculos ao processo de integração regional, a começar pelo Acordo Multilateral de Investimentos (MAI), que vinha sendo urdido pelo G-7 e seria submetido aos países da OCDE em abril de 1998 para posterior referendado dos países periféricos. As medidas estruturantes do MAI em grande parte já aprofundavam as medidas proclive à radicalização do processo de globalização. O acordo representaria a mais forte medida de desregulamentação econômica já adotada em escala mundial, atribuindo aos capitais estrangeiros poderes jurídicos para acionarem governos nacionais em tribunais que escolhessem. Segundo

a economista Conceição Tavares (1998) o projeto em pauta provocaria a *"absolutização dos direitos dos investidores estrangeiros; a prevalência subjetiva dos critérios dos investidores estrangeiros e a abdicação da potestade do Estado"*. Em certa medida é provável que o referido acordo volte à tona em nova roupagem quando da Cúpula do Milênio, a acontecer em dezembro deste ano na cidade de Seattle, a noroeste dos Estados Unidos - EUA. Esta é, sem sombra de dúvidas, uma questão da maior relevância e sabe-se que no interior da Organização Mundial de Comércio (OMC) já se trabalha com um cenário "zero tarifa" para 2025, mas aí já se passa a trabalhar com o imponderável.

O MERCOSUL, em que pesem suas inúmeras fragilidades, já tem demonstrado seus resultados, a julgar pelo recente *embroglio* diplomático entre brasileiros e norte-americanos em torno da ALCA - Associação de Livre Comércio Americana.

Se considerado o relacionamento comercial brasileiro por Blocos Econômicos, verificar-se-á que as exportações do Brasil para o Mercosul aumentaram quase sete vezes entre 1989 e 1996, saltando de 1.320 bilhão para 9.043 bilhões de

5 O Déficit público de 1997 no Brasil atingiu US\$ 52.4 bilhões - quase 6% do PIB; enquanto a Dívida Pública a US\$ 306 bilhões, ou 34% de um PIB de US\$ 900 bilhões. In: ZINI, Álvaro (1998).

dólares. No período, o valor de comércio do Brasil com o Mercosul passou de US\$ 2.855 bilhões para US\$ 18.668 bilhões. A União Européia, maior comprador do Brasil, recebe 26,9% das exportações do país, enquanto o NAFTA 22,0%; o MERCOSUL representa 15,3% do destino das exportações brasileiras, valendo ressaltar que a composição e perfil das exportações brasileiras para os seus parceiros na América do Sul é de produtos com maior valor agregado. Em que pese o Brasil ser tido como um *global trader*, o Mercado sub-regional já é muito significativo para o nosso país, haja visto que hoje em dia as exportações brasileiras para o MERCOSUL são mais de duas vezes aquelas realizadas e endereçadas ao Japão.

Em termos de Importações, o Brasil compra praticamente o mesmo valor em dólar da União Européia e do NAFTA, que representam 26% das importações nacionais cada. O MERCOSUL vem logo em seguida como o 3º bloco, representando 15,5% da importações brasileiras em 1996 (Banco Central, 1996, Set / Dez)

Este artigo não se propôs a apresentar as linhas gerais do processo de integração no Mercosul, evitando no possível, os aspectos descritivos e de evolução histórica, não por considerá-los enquanto aspecto menor, mas por entender que esta tarefa já está relativamente cumprida, o que não quer dizer que não haja necessidade de se recorrer à fenomenologia dos acontecimentos

quando a argumentação lógica e a evidência empírica assim reclamarem.

O Mercosul, do ponto de vista metodológico já configura hoje todo um Programa de Pesquisa, no sentido que lhe é atribuído por Lakatos (1968), ou um "campo" à maneira de Bourdieu, desde que já configura uma "história", um percurso temporal com atores bem definidos: diferentes interesses em jogo, formulações teóricas diferenciadas e, portanto está, em primeiro lugar, a carecer de estudos que aprofundem teoricamente as articulações, os conceitos e as teses referentes ao processo de globalização da economia internacional e em relação aos processos de regionalização, apresentando e discutindo as principais abordagens sobre processos de integração econômica, vantagens comparativas e competitivas, formação e cenários dos blocos econômicos. Um segundo eixo de pesquisa indispensável, seria a abordagem das transformações políticas e sócio-econômicas na América Latina, entre o ciclo ascendente do pós-guerra ao final dos anos 70 e a fase descendente que tem início nos anos 80, caracterizada como a crise da "década perdida" e, de forma mais detalhada às implementações de políticas monetaristas de controle inflacionário nos anos 90; relevando a questão do papel do estado nacional *versus* as políticas neoliberais de desregulamentação que, do ponto de vista desta argumentação, traz subsídios para

avaliar os avanços, as possibilidades reais de ampliação da regionalização e os problemas e dilemas mais substantivos a enfrentar. Neste ponto cabe apontar o "descolamento" mexicano da região por conta da adesão ao NAFTA. A dependência desse país nas suas relações comerciais com os EUA ultrapassando 70% do total do valor do comércio, faz do México mais uma estrela na bandeira americana, sem as vantagens de ser um estado da federação. Uma terceira linha de investigação, a Consolidação do Mercosul, com ênfase nos aspectos industriais, sindicais e de ciência e tecnologia, acompanhando as deliberações dos Sub-Grupos Técnicos de Trabalho - SGTs 7 e 10 e o de número 4, relativo aos assuntos financeiros, além da movimentação e articulação das empresas privadas dos Estados-parte em relação ao Mercosul, buscando reconhecer até que ponto o projeto de integração tem contribuído para a complementariedade e a reconversão industrial. Uma quarta linha de trabalho, a *questão energética* na região, que é um eixo fundamental de integração e por onde têm avançado os projetos de desenho de uma matriz energética Sul-americana comum, que vem se cristalizando principalmente em torno das reservas de gás argentinas, bolivianas, peruanas e venezuelanas. Uma quinta linha, a dimensão da cultura e da sociedade civil, que foram elementos de pessimismo e de atrito no processo da União Européia e intitulados de déficit democrático. Por último, e não menos importante, o

acompanhamento sistemático do processo de globalização/mundialização, tanto pelo lado das organizações de Bretton Woods, quanto pelo desdobramentos do capital financeiro e das multinacionais, que são os grandes agentes da globalização e que, em grande medida, estabelecem o ritmo e condicionam as possibilidades dos Estados-Nação. Estudos e Pesquisas nestas direções seriam importantes por desenhar um amplo campo articulado de investigação, enriquecedores ao recolocar em discussão as teses de superação do subdesenvolvimento e do atraso da América Latina e que têm em Prebisch o seu primeiro e mais consistente formulador (Cf Quadro 1).

Um Programa Lakatosiano de estudos necessitaria, portanto, de uma abordagem de conjunto (GEWANDSZNADJER, 1999), mas que estivesse atenta também aos aspectos *mesa e micro* da questão regional e que, sem sombra de dúvidas, teria o Brasil como um dos pólos centrais de análise, consideradas as dimensões não só continentais mas de nível de **implantação** industrial. Finalmente, o conhecimento mais aproximado do Mercosul, mesmo delimitando o seu campo de análise em recortes analíticos - o econômico, o político, o geográfico, o sócio-cultural, o ambiental, há que considerar metodologicamente uma abordagem holística, bem como as dimensões globais-regionais-nacionais e locais que são estanques apenas ao nível da

abstração teórica.

É evidente que a abordagem do Mercosul não pode prescindir de análises, seja da "grande política", seja dos atores e grupos sociais mais diretamente envolvidos no processo e, em se tratando de um *work in progress*, tendo em vista que não é um processo acabado, é fundamental que se estabeleçam os cenários futuros mais prováveis, que em certa medida sinalizam para o embate político-diplomático em torno da criação da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas - acertada em dezembro de 1994 em uma reunião de presidentes de países americanos em Miami, nos EUA. Pelo acordo, os 34 países das Américas - com exceção de Cuba - eliminariam a cobrança de taxas comerciais entre si no ano 2005.

Finalmente, e no sentido de aprofundar o "campo metodológico" acima referido, algumas questões que considero balisadoras na definição de um Programa de Estudos sobre o Mercosul:

1. Na decisão de construir um mercado sub-regional, para a consecução do Mercosul, quem teve maior importância, setores da Burocracia do Estado, a partir de uma avaliação da marginalização crescente do país em termos de relações externas ou o setor empresarial?

2. Existem interesses divergentes, em termos de Mercosul, entre

os setores industriais exclusivamente nacionais e os grupos internacionais?

3. O estabelecimento no Mercosul da Tarifa Externa Comum (TEC) é sustentável a médio prazo? A TEC conflitua com a política de abertura externa? Em que é positiva para os países membros?

4. Quais as principais vantagens e desvantagens que o Mercosul pode trazer para o Brasil";

5. Em que medida o Mercosul pode vir a auxiliar o processo de reestruturação produtiva no Brasil?;

6. Quais as vantagens do Mercosul para os trabalhadores?;

7. Há uma série de setores econômicos no Brasil que se sentem prejudicados com o Mercosul, a exemplo dos produtores de trigo, de arroz, de maçã e vinho. Da mesma forma, grupos regionais no Nordeste do Brasil, vêm afirmando que o eixo econômico desenvolvido Sul-Sudeste vai se concentrar ainda mais, como enfrentar o problema regional em unidades infra-nacionais?

8. Que forças sociais dão suporte ao processo de integração sub-regional?

9. Num comércio mundial profundamente administrado, quais as chances de inserção exitosa de um bloco tão vulnerável como o Mercosul? - Numa economia mundial

onde o capital financeiro beira a anarquia – onde uma massa de 30 trilhões de dólares de capital especulativo "voa" pelo mundo em busca dos maiores juros, quais as chances de países como a Argentina e o Brasil estabelecerem projetos nacionais que não sejam concentradores de renda, que gerem desenvolvimento sem desemprego estrutural, ou seja, em que medida o processo de globalização impõe a países periféricos com razoável nível de industrialização, uma dependência ainda mais profunda?

10. Os indicadores de gastos em P & D para o Brasil e América Latina, representam, como proporção do PIB, a metade dos mesmos gastos nos países asiáticos e ¼ dos gastos dos países do G.7. No início da década, em relação à origem dos recursos em P & D no Brasil, 92% eram públicos e apenas 8% privados (SUZIGAN, 1992). Na medida em que a participação do Estado for menor (política neoliberal) estes gastos tendem a ser ainda menores. Como o Mercosul pode enfrentar este dilema? São pouco relevantes os avanços de cooperação científica e tecnológica estabelecidos pelo Mercosul.

11. Terá razão o ex-Secretário de Estado Henry Kissenger, ao afirmar que a crise do México trouxe efeitos negativos ao NAFTA, impulsionando as pretensões brasileiras de liderança no sub-

continente?

12. Como articular o recrutamento do protecionismo na Europa e nos EUA (REICH, 1992) com a maré neoliberal nos países periféricos. onde qualquer projeto que compreenda a "questão nacional" seja considerado atrasado e inviável pelos neoliberais, ao mesmo tempo em que as políticas de "privatização do Estado", da tendência generalizada à abertura comercial e à integração ao mercado mundial são tidas como a "saída", esquecendo-se da fragilidade financeira, científica e tecnológica dos países periféricos? (EVANS, 1992; (PRZEWORSKI 1992);

13. Como ficam, hoje os modelos asiáticos do Japão e dos Tigres que desde o início dos anos 90 enfrentam crise de crescimento, o Estado ainda ocupará papel central? – Em que medida são contraditórios os processos de abertura comercial (globalização) e regionalização? (JOHNSON, 1982; (ALVISEN, 1992);

14. O que tem mudado nas tentativas de explicação do atraso regional na América Latina? - Qual a compreensão que se tem do papel do Estado e das classes sociais, no contexto da nova ordem mundial, tomando como parâmetro a crise da "Década Perdida" na região e os ajustes macroeconômicos realizados pelos países líderes? (GRIFFITH-JONES/SUNKEL, 1986).

Estudos de Sociologia

Referências Bibliográficas

- ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo (1993) "Mundo, Region y Aldea: Identidades, políticas culturales y integración regional". *Colóquio sobre Idcnridacs, Políticas Cntulturalcs e Intcgración Regional*. Montevideo, 21/23 julho.
- ALLMONDA, Hector (1994) "NAFTABLUES". *Novos Estudos CEBRAP*, 39, 22-237.
- ALMEIDA, Guy de (1998) "Mercosul nas Universidades". *Promcr*. mercobol@pucminas.br Belo Horizonte: PUC Minas.
- ALMEIDA, Paulo Roberto (1993) *O Mercosul no contexto Regional e Intcnuicionnl*. São Paulo: Aduaneiras.
- AMSDEN, Aliee (1989) *Asia's Nest Gijlt, South Korea and lute industrinlimtion*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- ARRIGHI, Giovanni (1996) *O LOJgo Scculo Xx*. São Paulo: UNESP.
- BANCO CENTRAL (1996) *Intotmnç ôcs Scliccionndes*, 26.
- BARNET, Richard; MÜLLER, Ronald (1974) *Poder Global: A Força Incontrol ável das Multinacionais*. Rio de Janeiro: Record.
- BIELSCHOWSKI, R. (1992) "Transnational Corporations and the Manufacturing Sector in Brazil". *Economia Comission tor Latin Atntica and the Caribcnn*. Outubro.
- BELLUZZO, L. G. (1995) "A crise do México e as forças do mercado". *Folha de São Paulo*, 8 de janeiro.
- BOURDIEU, Pierre (1992) *A Economia dHS Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BRAGA, I. E. S. (1993) "A Financeirização da Riqueza". *Economia e Sociedade*, 2. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP.
- CANCLINE, Nestor G. (1990) *Culturas híbridas: cstratcgins pers entrar y salir de la modemidnd*. México: Grijalbo-CNf.A.
- CASTANEDA, Jorge (1995) "Crise Mexicana, o Começo do Fim". *Teoria e Debate*, 8 (28), 45- 47.
- CASTELLS, M.; HENDERSON, J. (eds.) (1987) *Global Rcstructuring and Territorial Developmct*. Londres: Sage.
- CEPAL (1994) *Balance Preliminar de la Economia dc Americu Lstinn y cl Caribc*. Santiago de Chile: ONU.
- CEPAL/UNESCO (1992) *Educación y Conocimiento: cjc de transtormucion productiva com cquidad*. Santiago de Chile: CEPAL.
- CHESNAIS, François (1996) *A Mundinliznçio do Capitel*. São Paulo: Xarnã.
- COUTINHO, Luciano (1996) "A Fragilidade do Brasil em Face da Globalização", in BAUMANN, Renato (org) *O Bmsi! e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus.

- EVANS, Peter (1992) "The State as Problem and Solution: predation, embedded autonomy and structural change", in HAGGART, S.; KAUFMANN, R. (eds) *Politics of Economic Adjustments*. Princeton: Princeton University Press.
- ERZAN, R.; YEATS, A. (1992) "A free trade agreement with the United States. Whats for Latin America?" *Working Papers*. International Trade Division, Washington: The World Bank.
- FEATHERSTONE, Mike (ed) (1990) *Global Culture*. Londres: Sage.
- FONSECA Jr., Gelson (1994-95) "Aspectos da Teoria das Relações Internacionais". *Politica Externa*, 3 (3), 72-100.
- FREEMAN, Christopher (1982) *The Economics of Industrial Innovation*. Londres: Francis Pinter.
- FURTADO, C. (1992) *A Constituição Interrompida*. São Paulo: Paz e Terra.
- GEVANDSZNADJER, Fernando. (1999) "Ciência Natural: os Pressupostos Filosóficos", in GEVANDSZNADJER, F.; MAZZOTI, A. J. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais*. São Paulo: Pioneira.
- GONÇALVES, Reinaldo (1994) *Ô Abre Alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- GRIFFITH, J.; SUNKEL, O. (1986). *Debt and Development Crisis in Latin America: The end of an illusion*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- JONHSON, Chalmers (1982) *Myth and the Japanese Miracle: The growth of industrial policy 1925/1975*. Stanford: Stanford University Press.
- HABERMAS, J. (1990) *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- _____. (1995) "O Estado-Nação Europeu Frente aos Desafios da Globalização". *Novos Estudos CEJRAP*, 43, 87-101.
- HOLMES, Graham (1997) *Challenges in the Organization of Society: The Crisis of Employment and Work and the Need for Enabling Policies*. Cambridge: University of Cambridge Press.
- KENNEDY, Paul (1993) *Preparando-se para o século XXI*. São Paulo: Campus.
- KRUGMAN, Paul (1994) "Competitiveness: A dangerous obsession". *Foreign Affairs*, 73 (2).
- LAKATOS, Imre (1968) "Criticism and the Methodology of Scientific Research Programmes". *Proceedings of the Aristotelian Society*, 69, 149-186.
- LAVAGNA, R. (1991) "Integração Argentina-Brasil: origem, resultados e perspectivas". in VEIGA, P.M. (ed.) *Cone Sul: a economia política da integração*. Rio de Janeiro: Funccx.
- LIMA, Marcos Costa (1994) "A Caminho do 10 Mundo?: O México e o Tratado de Comércio da América do Norte". *Tecnológico*, 2 (3), 139-146.
- _____. (1996) "MERCOSUL: Obstáculos e Vantagens da Integração". *Textos para Discussão*. Recife: CFCH/UFPE.

- _____. (1999) *O Mercosul no Contexto da Nova Ordem Mundial*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP.
- MOROSINI, Marília Costa (org.) (1994) *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez.
- NIATTOSO, Jorge (org.) (1996) *Crise e Trabalho no Brasil*. Campinas: Scritta.
- MOTTA, Veiga (1992) "A Evolução do Mercosul no Período de Transição: hipóteses alternativas e cenários". *Texto para Discussão*, 269. Rio de Janeiro: Funcex.
- NAÇÕES UNIDAS (1959) *El Mercado Comum Latinoamericano*. México, D.F.: Publicación de las Naciones Unidas, 59.
- OHMAE, Kenichi (1996) *O Fim do Estado Nação*. Rio de Janeiro: Campus.
- ORTIZ, Renato (1996) *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- PALLOIX, Christian (1997) "Mundialização- Internacionalização-Globalização: Um conceito impossível". *Revista ANPEC*, 2, 51-62.
- PASTOR, R. (1992) "NAFTA as the Center of an Integration Process: The non trade issues", in LUSTING, N.; BOSWORTH, B.P.; LAWRENCE, R.L. (eds) *NAFTA as the Center of an Integration Process: The non trade issues*. Washington: The Brookings Institution.
- PREBISH, Raul (1968) *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- _____. (1959) *El Mercado Comum Latinoamericano*. México, DF e Buenos Aires: Naciones Unidas/INTAL.
- PORTER, Michael E. (1993) *A vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro: Campus.
- PRIEWORSKI, Adam (1992) "The Neoliberal Fallacy", *Journal of Democracy*, jun.
- QUIJANO, José M. (1991) "El Escenario Latinoamericano de la Integración". *Nueva Sociedad*, 115, 22-31.
- RAMA, Angel (1975) "Transculturação na Narrativa Latino-Americana". *Cedemos de Opinião*, 2, 71-82.
- REICH, Robert (1992) *The Work of Nations*. Londres: Vintage.
- SKOCPOL, T.; EVANS, P.; RUESCHMEYER, D. (eds.) (1989) *Bringing the State Back In*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- SUZIGAN, Wilson (1992) "A Política Industrial Brasileira após uma Década de Estagnação". *Economia e Sociedade*, I, 89-110.
- TAVARES, M.C. (1998) "Acordos de Investimentos, Privatização e Cidadania". *Folha de São Paulo*, Lições Contemporâneas, Caderno Dinheiro, 10 de março.
- _____. (1993) "A Realidade sobre o Nafta e o Mercosul". *Folha de São Paulo*, Caderno de Finanças, 28 de novo

O Mercosul e a Nova Ordem Mundial

- TAVARES, M.C.; MELIN, L.E. (1996) "A Desordem Globalizada e a Nova Dependência". *Revista ANPEC*, 2, 11-30.
- THURLOW, Lester (1993) *Cabeça a Cabeça: A batalha econômica entre a Europa e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Rocca.
- TULCHIN, J. S. (1993) "The Enterprise for the Americas Initiative", in GREEN, R. (ed). *United States Trade Relations*. Boulder, Colorado: Praeger.
- VALLS PEREIRA, Lia (1991) "Considerações Preliminares sobre a Iniciativa para as Américas", in VELLOSO, João Paulo R. (org) *O Brasil e o Plano Bush*. São Paulo: Nobel.
- VIGEVANI, Tullo (org) (1996) *Processos de Integração Regional e a Sociedade: O Sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*. São Paulo: Paz e Terra